SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

EDITAL Nº 39/2017 - PROGRAD
PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 2º SEMESTRE DE 2017

PROVA OBJETIVA
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

Leia atentamente as instruções a seguir.

1. Ao receber o caderno de provas, verifique se esta possui as 60 questões. Verifique também os dados pessoais do candidato no cartão de resposta.
2. A prova é composta de 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com cinco alternativas agrupadas de “A” a “E”.
3. Marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use cartão de resposta, único documento válido para a correção das suas respostas.
4. Verifique se o caderno de provas possui o número de questões correspondentes. Caso o caderno esteja incompleto, apresente qualquer defeito ou divergência nos dados pessoais no cartão de resposta, solicite ao fiscal mais próximo que tome as providências cabíveis. Somente serão atendidos os pedidos de substituição do caderno de provas ou do cartão de resposta nos primeiros 30 (trinta) minutos.
5. Não será permitida a substituição do cartão de resposta por erro de marcação do candidato.
6. A prova objetiva terá duração de 4 (quatro) horas, com início às 8 horas e término às 12 horas.
7. O cartão de resposta será entregue após o início da prova e deverá ser conferido e assinado à vista dos fiscais.
8. O preenchimento do cartão de resposta deverá ser feito exclusivamente pelo candidato, com caneta esferográfica de cor azul ou preta, fabricada em material transparente.
9. Caso o candidato marque mais de uma opção como correta, a questão será anulada.
10. Não serão permitidas, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de qualquer equipamento eletrônico, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação;
11. Será desclassificado o candidato que, durante a realização da prova escrita, for surpreendido portando, em local diverso do indicado pelos fiscais, equipamento eletrônico e/ou material de uso não autorizado, ainda que desligado.
12. De igual forma, será desclassificado o candidato cujo equipamento eletrônico e/ou material de uso não autorizado que NÃO estiver em local indicado emitir qualquer tipo de ruído, alerta ou vibração.
13. O cartão de resposta deverá ser entregue pelo candidato ao fiscal de sala.
14. O candidato que entregar o cartão de resposta não poderá retornar ao recinto.
15. O candidato somente poderá levar seu caderno de provas nos últimos 60 (sessenta) minutos de prova.
16. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu caderno de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura.

Questão 1 - Acerca do controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a alternativa incorreta:

a) O controle abstrato de constitucionalidade de lei federal é exercido, com exclusividade, pelo STF.

b) As decisões proferidas em controle difuso de constitucionalidade, como regra geral, não possuem eficácia *erga omnes*.

c) Ao Senado Federal compete suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo STF em controle concentrado e abstrato de constitucionalidade.

d) O controle difuso de constitucionalidade pode ser exercido por toda a magistratura brasileira, desde que o faça à luz de um caso concreto.

e) A técnica da interpretação conforme a constituição é admitida pelo STF.

Questão 2 - Ainda sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a alternativa incorreta:

a) A inconstitucionalidade formal de uma lei indica vício no processo legislativo.

b) O controle preventivo de constitucionalidade é exercido precipuamente pelo Poder Legislativo.

c) O Presidente da República exerce controle preventivo de constitucionalidade por intermédio do chamado “veto jurídico”.

d) O direito brasileiro admite a figura da inconstitucionalidade por omissão.

e) Nenhuma das alternativas

Questão 3 - Assinale a alternativa incorreta:

a) Segundo a Constituição, o Ministério Público e a Defensoria Pública são funções essenciais à Justiça.

b) O Conselho Nacional de Justiça é órgão externo ao Poder Judiciário.

c) Os magistrados brasileiros gozam de inamovibilidade, vitaliciedade e irredutibilidade de vencimentos.

d) É possível o ingresso na magistratura brasileira sem concurso público.

e) Aos magistrados brasileiros é vedado dedicar-se à atividade politico-partidária.

Questão 4 - Assinale a alternativa incorreta:

a) Não cabe *habeas data* para a retificação de dados constantes de cadastros públicos;

b) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.

c) Conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

d) É devido o pagamento de custas processuais e honorários advocatícios em *habeas corpus* e *habeas data*.

e) A ação popular, a ser intentada por qualquer cidadão, tem cabimento para a anulação de ato lesivo ao patrimônio público, dentre outras hipóteses.

Questão 5 - Assinale a alternativa correta:

a) A saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia e o lazer são exemplos de direitos sociais.

b) A pena de morte é proibida no Brasil, em qualquer hipótese.

c) O direito à vida, à liberdade e à propriedade também são exemplos de direitos sociais.

d) O direito de propriedade é absoluto, pois o proprietário pode fazer de seus bens o que bem entender.

e) As provas obtidas por meios ilícitos podem ser admitidas, desde que seja em processo civil.

Questão 6 - Assinale a alternativa correta:

a) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais não possuem aplicação plena, pois são normas constitucionais de eficácia contida.

b) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, quando incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro na forma prevista pela Constituição, passam a fazer parte do chamado “bloco de constitucionalidade”.

c) As normas constitucionais de eficácia limitada não necessitam de lei regulamentadora.

d) Pode-se afirmar que os direitos e garantias previstos no art. 5º da Constituição são normas programáticas.

e) O preâmbulo da Constituição possui força normativa.

Questão 7 - Assinale a incorreta:

a) A legalidade e a impessoalidade são princípios norteadores da administração pública brasileira.

b) A investidura em cargos ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão.

c) É possível a acumulação remunerada de dois cargos de professor.

d) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para o cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

e) A constituição veda o direito de greve aos servidores públicos

Questão 8 - Assinale a incorreta:

a) Segundo a Constituição, a família é a base da sociedade e tem especial proteção do Estado.

b) A Constituição igualou homens e mulheres no tocante aos direitos e deveres referentes à sociedade conjugal.

c) A Constituição não reconhece efeito civil ao casamento religioso, pois vivemos em um Estado laico.

d) O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.

e) A união estável goza da proteção constitucional dada à família.

Questão 9 - Assinale a correta:

a) A prática do racismo constitui crime afiançável e prescritível.

b) No Brasil, admitem-se as penas de caráter perpétuo e de banimento para o crime de tráfico de drogas.

c) Os crimes hediondos devem ter o mesmo tratamento jurídico dos demais crimes.

d) O princípio do juiz natural significa, dentre outras coisas, que não poderá existir juiz ou tribunal de exceção.

e) É admissível a tortura como método investigativo, desde que seja no combate ao terrorismo.

Questão 10 - Assinale a incorreta:

a) Os estrangeiros residentes no País gozam dos direitos e deveres individuais e coletivos estabelecidos na Constituição.

b) A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo os casos previstos na Constituição.

c) É privativo de brasileiro nato o cargo de Presidente da República.

d) O voto é facultativo para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

e) Os brasileiros naturalizados não possuem direito ao voto.

Questão 11 - A montadora X prometeu estender a garantia de seus automóveis de três para cinco anos caso o Brasil venha a ganhar a Copa do Mundo Fifa 2018. A extensão desta garantia é negócio jurídico subordinado a:

a) Termo suspensivo

b) Termo resolutivo

c) Condição suspensiva

d) Condição resolutiva

e) Modo

Questão 12 - Os atos jurídicos praticados pelos relativamente incapazes:

a) São nulos de pleno direito.

b) Como regra geral, não são passíveis de ratificação.

c) Para terem validade, os relativamente capazes deverão estar assistidos pelo responsável legal.

d) Não produzem efeitos jurídicos enquanto não for proposta a ação pertinente.

e) São impugnáveis por intermédio da ação revocatória, e não pela ação de anulação.

Questão 13 - De acordo com as recentes modificações introduzidas no Código Civil pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

a) Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade e os pródigos.

b) Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos.

c) Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessários discernimento para a prática desses atos e os menores de dezesseis anos.

d) Unicamente os menores de dezesseis anos.

e) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.

Questão 14 - Não cessa e menoridade:

a) Pela colação de grau em curso de ensino superior.

b) Pela prática de atos que indiquem a prodigalidade.

c) Pela emancipação.

d) Pelo casamento.

e) Pelo exercício de emprego público efetivo.

Questão 15 - Acerca das espécies e métodos clássicos de interpretação adotados pela hermenêutica jurídica, assinale a opção correta:

a) A interpretação autêntica pressupõe que o sentido da norma seja fixado pelos operadores do direito, por meio da doutrina e da jurisprudência;

b) A interpretação lógica se caracteriza por pressupor que o significado isolado das palavras e o modo como estão conectadas são essenciais para se alcançar a significação da norma;

c) A interpretação sistemática se caracteriza por pressupor que qualquer preceito normativo deverá ser interpretado em harmonia com as demais normas jurídicas do sistema, preservando-se a coerência e a harmonia do ordenamento jurídico;

d) A interpretação histórica se caracteriza pelo fato de que o significado da norma deve atender aos fins e às características sociais em que a norma é aplicada;

e) A interpretação axiológica é a realizada pelo próprio legislador que editou a norma.

Questão 16 - A Presidente da República sanciona e publica uma lei proibindo unicamente o uso de celulares durante as aulas de graduação das Universidades Públicas Brasileiras. Ao interpretar referida lei, o Reitor da UFAC entende que também estão proibidos o uso de notebooks e tablets com acesso à internet, e que a lei também se aplica aos cursos de pós-graduação. Assinale a incorreta:

a) O Reitor apenas colmatou as lacunas existentes no ordenamento jurídico utilizando-se na analogia;

b) O Reitor deu uma interpretação extensiva à lei;

c) O Reitor interpretou a norma de maneira equivocada, uma vez que as normas restritivas devem ser interpretadas restritivamente;

d) Pode-se afirmar que a interpretação do Reitor não foi gramatical;

e) O Reitor deveria se ater aos princípios constitucionais quando da interpretação da norma

Questão 17 - São bens fungíveis:

a) a camisa que Pelé usou durante a Copa de 1970 e 10 Kg de tomates.

b) a caneta com a qual a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea e 5 Kg de batatas.

c) a camisa que Pelé usou durante a Copa de 1970 e a caneta com a qual a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea.

d) 1 litro de leite e o diamante "Cruzeiro do Sul", segundo maior do mundo.

e) 10 Kg de tomate e 5 Kg de batatas.

Questão 18 - Assinale a alternativa correta

a) As associações diferem-se das sociedades porque as primeiras são uma reunião de pessoas e as segundas uma reunião de bens.

b) As fundações são uma universalidade de bens que ganham personalidade jurídica para a consecução de finalidades altruísticas.

c) Tanto as fundações como as sociedades não possuem fins lucrativos.

d) As associações possuem finalidade lucrativa, e é isso que as difere das fundações.

e) Não existem diferenças ontológicas e significativas entre associações, sociedades e fundações, pois todas são pessoas jurídicas reconhecidas pelo ordenamento jurídico.

Questão 19 - Assinale a incorreta:

a) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo;

b) Se a pessoa natural possuir diversas residências, considerar-se-á como domicílio seu qualquer delas;

c) Para o ordenamento jurídico brasileiro, não existem diferenças relevantes entre domicílio, moradia e residência;

d) A pessoa jurídica terá como domicílio, de regra, o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, ou o local designado por seus atos constitutivos;

e) O servidor público tem como domicílio necessário o lugar em que exercer permanentemente suas funções.

Questão 20 - Assinale a incorreta:

a) Erro, dolo e coação são considerados como defeitos do negócio jurídico.

b) O erro, para dar causa à anulação do negócio jurídico, deve ser substancial e inescusável;

c) A simulação é causa de nulidade do negócio jurídico, e não de anulabilidade.

d) O dolo benéfico, chamado de *dolus bonus*, também dá ensejo à anulação do negócio jurídico.

e) De uma maneira geral, é correto dizer que no erro a pessoa está enganada e no dolo que foi enganada.

Questão 21 - De acordo com as Normas Fundamentais do Processo Civil, assinale a opção INCORRETA:

a) O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidas neste Código.

b) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.

c) Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

d) É permitida a arbitragem, na forma da lei.

e) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

Questão 22 - Quanto aos Limites da Jurisdição Nacional, analise as seguintes assertivas:

I - Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil;

II - Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação;

III - Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações de alimentos, quando o credor for brasileiro, independente de seu domicílio ou residência;

IV - Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil.

A quantidade de itens corretos é:

a) 0

b) 1

c) 2

d) 3

e) 4

Questão 23 - Quanto aos sujeitos do processo, (Livro III do CPC) , assinale a opção CORRETA.

a) O incapaz será representado ou assistido por seus pais, por qualquer parente até o segundo grau, por tutor ou curador na forma da lei.;

b) O juiz nomeará curador especial ao incapaz, mesmo que tenha representante legal ou se os interesses deste colidirem com os daquele, enquanto durar a incapacidade;

c) A curatela especial será exercida pelo Ministério Público, nos termos da lei.

d) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.

e) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.

Questão 24 - Sobre os honorários advocatícios nas causas em que a Fazenda Pública for parte (artigo 85, § 3º, do CPC), analise as seguintes assertivas, referentes aos percentuais a serem fixados:

I - mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos;

II - mínimo de sete e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos;

III - mínimo de três e máximo de sete por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos;

IV - mínimo de dois e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos;

A quantidade de itens corretos é:

a) 0

b) 1

c) 2

d) 3

e) 4

Questão 25 - Sobre a gratuidade da justiça (artigos 98 a 102 do CPC), assinale a opção cujo serviço não está compreendido na gratuidade:

a) as taxas ou as custas judiciais;

b) os selos postais;

c) as despesas com publicação na imprensa oficial, dispensando-se a publicação em outros meios;

d) os honorários do advogado e do perito e a remuneração do intérprete ou do tradutor nomeado para apresentação de versão em português de documento redigido em língua estrangeira;

e) as multas processuais impostas à parte durante o processo.

Questão 26 - Sobre revelia, é correto afirmar:

a) Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, sendo essa uma presunção absoluta.

b) Ela não produz efeitos se houver pluralidade de réus e algum deles contestar a ação;

c) Ela produz efeitos do artigo 344 se o litígio versar sobre direitos indisponíveis;

d) Ela não produz os efeitos do artigo 344 se a petição inicial estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato;

e) Ela produz efeitos do artigo 344 se as alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos.

Questão 27 - Em relação ao julgamento conforme o estado do processo, assinale a alternativa correta.

a) Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas nos arts. 485 e 487, incisos II e III, o juiz proferirá decisão.

b) O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando houver necessidade de produção de outras provas;

c) O juiz decidirá parcialmente o mérito por decisão interlocutória quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles mostrar-se incontroverso.

d) No saneamento do processo deverá o juiz, dentre outras coisas, deixar para as partes a distribuição do ônus da prova.

e) O julgamento parcial do mérito é impugnável por recurso de apelação.

Questão 28 - Sobre prova testemunhal, assinale a assertiva CORRETA.

a) Podem depor como testemunhas todas as pessoas, com exceção apenas daquelas impedidas ou suspeitas.

b) Segundo o CPC, são incapazes o que tiver menos de 18 (dezoito) anos.

c) São suspeitos o cônjuge, o companheiro, o ascendente e o descendente em qualquer grau e o colateral, até o terceiro grau, de alguma das partes, por consanguinidade ou afinidade, salvo se o exigir o interesse público ou, tratando-se de causa relativa ao estado da pessoa, não se puder obter de outro modo a prova que o juiz repute necessária ao julgamento do mérito;

d) São suspeitos o que tiver interesse no litígio.

e) A testemunha é obrigada a depor sobre fatos que lhe acarretem grave dano, bem como ao seu cônjuge ou companheiro e aos seus parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau;

Questão 29 - Sobre sentença, o juiz resolverá o mérito quando:

a) indeferir a petição inicial;

b) verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual;

c) homologar a desistência da ação;

d) acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência;

e) reconhecer a ocorrência de prescrição;

Questão 30 - Não configura hipótese de remessa necessária:

a) a sentença proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público;

b) a sentença que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal;

c) quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido superior a 1.000 (mil) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público;

d) quando a sentença estiver fundada em súmula de tribunal superior;

e) quando a sentença estiver fundada em entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência

Questão 31 - Se um agente público pratica um ato administrativo com o denominado “desvio de poder”, pode-se dizer que o ato se encontra inquinado de vício de:

a) Agente;

b) Motivo;

c) Finalidade;

d) Objeto;

e) Forma.

Questão 32 - A teoria dos atos administrativos divide seus elementos em vinculados e discricionários. Aponte a opção em que consta aqueles elementos vinculados em todos os atos administrativos:

a) Competência, Objeto e Motivo;

b) Objeto, Motivo e Finalidade;

c) Agente, Motivo e Forma;

d) Forma, Competência e Motivo;

e) Finalidade, Competência e Forma.

Questão 33 - Assinale a opção em que não contém uma característica de um contrato administrativo:

a) Possibilidade de modificação;

b) Existência de cláusulas exorbitantes;

c) Natureza jurídica de contrato de adesão;

d) Liberdade de forma;

e) Fim público.

Questão 34 - Segundo a Lei nº 8.666/93, qual das opções abaixo não é critério de desempate, verificada a a igualdade de condições:

a) bens e serviços produzidos no País;

b) bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, mesmo que não atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

c) bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

d) bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

e) bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

Questão 35 - Assinale a opção em que todos os institutos recebem definição pela Lei nº 8.666/93, em seu artigo 6º:

a) Contrato, Empreitada Integral e Seguro-Garantia;

b) Compra, Alienação e Execução Indireta;

c) Projeto Básico, Contrato e Contratante;

d) Imprensa Oficial, Contratado e Licitante;

e) Fases da Licitação, Obras e Execução Direta.

Questão 36 - Segundo a Lei nº 8.666/93, assinale a opção que não consta uma modalidade de licitação:

a) Concorrência;

b) Tomada de Preços;

c) Pregão;

d) Convite;

e) Leilão.

Questão 37 - Considere os procedimentos que integram a licitação abaixo relacionados.

I - deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação.

II - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

III - abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;

IV - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;

V - devolução dos envelopes fechados aos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;

VI - abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes, e sua apreciação;

A ordem correta dos atos do processo de licitação, de acordo com a Lei nº 8.666/93 é:

a) I, II, III, V, IV e VI;

b) VI, V, II, II, I e IV;

c) V, VI, IV, III, II e I;

d) VI, V, III, II, IV e I;

e) II, III, VI, I, IV e V.

Questão 38 - Segundo a Teoria do Órgão, a vontade da pessoa se manifesta por intermédio dos agentes que integram os órgãos que compõem a sua estrutura. Segundo essa teoria, a vontade do agente e do órgão se vinculam mediante:

a) representação;

b) mandato;

c) imputação;

d) outorga;

e) cedência.

Questão 39 - "Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes." A definição citada refere-se a:

a) empresa pública;

b) fundação pública;

c) sociedade de economia mista;

d) autarquia;

e) entidade paraestatal.

Questão 40 - Assinale a opção que contém apenas espécies de atos administrativos:

a) Normativos, Vinculantes e Ordinatórios;

b) Enunciativos, Declaratórios e Punitivos;

c) Negociais, Vinculantes e Enunciativos;

d) Ordinatórios, Negociais e Punitivos;

e) Decisivos, Negociais e Normativos.

Questão 41 - De acordo com a doutrina majoritária, em relação ao concurso de pessoas, o CP pátrio adotou no art. 29 a teoria:

a) Extensiva;

b) Objetivo-material;

c) Domínio do fato;

d) Objetivo-formal;

e) Nenhuma das alternativas.

Questão 42 - No tocante ao conceito analítico de crime, a doutrina majoritária proclama que a legítima defesa putativa exclui a:

a) Tipicidade;

b) Ilicitude;

c) Culpabilidade;

d) Punibilidade;

e) Nenhuma das alternativas.

Questão 43 - A coação física, também denominada vis absoluta, exclui a:

a) Conduta e, por consequência, a tipicidade;

b) Ilicitude e, por consequência, o crime;

c) Culpabilidade e, por consequência, o crime;

d) Punibilidade e, por consequência, a tipicidade;

e) Nenhuma das alternativas.

Questão 44 - Quanto ao erro de tipo, pode-se afirmar que:

a) Se invencível exclui o dolo, mas não a culpa caso haja previsão normativa;

b) Se vencível exclui o dolo e a culpa;

c) Se invencível exclui o dolo e a culpa;

d) Se vencível exclui a tipicidade;

e) Nenhuma das alternativas.

Questão 45 - Em relação ao nexo causal cabe dizer que, via de regra, o CP pátrio adotou a teoria da:

a) Causalidade adequada;

b) Equivalência dos antecedentes;

c) Tipicidade conglobante;

d) Imputação objetiva;

e) Nenhuma das alternativas.

Questão 46 - São considerados inimputáveis por desenvolvimento mental incompleto:

a) Os interditados;

b) Os oligrofênicos;

c) Os pródigos;

d) Os índios, desde que não possuam assimilação das regras sociais;

e) Nenhuma das alternativas.

Questão 47 - No campo do Direito Penal, em relação ao instituto das penas, é correto afirmar, de acordo com os enunciados sumulares do Superior Tribunal de Justiça, que:

a) É admissível a chamada progressão *per saltum* de regime prisional;

b) É admissível a adoção do regime prisional semi-aberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais;

c) A imposição de regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea;

d) Admite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória;

e) Nenhuma das alternativas.

Questão 48 - Verifica-se a reincidência quando o agente:

a) Comete contravenção penal após condenação penal definitiva por crime no Brasil ou no exterior;

b) Comete crime após condenação definitiva por contravenção praticada no Brasil ou no exterior;

c) Comete crime após condenação penal definitiva por contravenção penal praticada no estrangeiro;

d) Comete contravenção penal após condenação penal definitiva por contravenção penal praticada no estrangeiro;

e) Nenhuma das alternativas.

Questão 49 - De acordo com o art. 75, do CP, o tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 30 anos. Em se tratando de medidas de segurança, para o Superior Tribunal de Justiça o tempo de duração não deve ultrapassar:

a) O mesmo limite de 30 anos;

b) O limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito perpetrado;

c) O limite máximo do período prescricional estabelecido na lei, ou seja, vinte anos;

d) Não há tempo determinado para o cumprimento da medida de segurança;

e) Nenhuma das alternativas.

Questão 50 - Serão reduzidos pela metade os prazos da prescrição quando o criminoso era:

a) Ao tempo do crime menor de 18 anos;

b) Ao tempo do crime menor de 21 anos;

c) Na data da sentença maior de 60 anos;

d) Na data de denúncia maior de 70 anos;

e) Nenhuma das alternativas.

Questão 51 - O curso da prescrição penal interrompe-se:

a) pelo ajuizamento de denúncia ou da queixa;

b) pela impronúncia;

c) pela decisão reformando a pronúncia;

d) pelo cometimento de novo crime;

e) Nenhuma das alternativas.

Questão 52 - Na concepção sedimentada pelo Superior Tribunal de Justiça a sentença concessiva do perdão judicial ostenta a natureza de decisão:

a) Condenatória;

b) Mandamental;

c) Declaratória da extinção da culpabilidade;

d) Declaratória da extinção da punibilidade;

e) Nenhuma das alternativas.

Questão 53 - A coação moral irresistível exclui a:

a) Tipicidade;

b) Antijuridicidade;

c) Culpabilidade;

d) Punibilidade;

e) Nenhuma das alternativas.

Questão 54 - A detração consiste, entre outros fatores:

a) No cômputo, na pena privativa de liberdade e na medida de segurança, do tempo de prisão provisória, no Brasil ou no estrangeiro;

b) No cômputo, na pena privativa de liberdade, do tempo de prisão provisória, no Brasil ou no estrangeiro;

c) Na remição da pena;

d) Na extinção da punibilidade;

e) Nenhuma das alternativas.

Questão 55 - As penas restritivas de direito são autônomas e substituem as penas privativas de liberdade quando:

a) Aplicada pena privativa de liberdade não superior a 4 anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo;

b) O réu não for reincidente em crime doloso;

c) A culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja eficiente;

d) Todas as assertivas acima estão corretas;

e) Nenhuma das alternativas.

Questão 56 - Em relação às ações penais públicas condicionadas, pode-se afirmar que a representação será retratável até:

a) A instauração do inquérito policial;

b) O oferecimento da denúncia;

c) O recebimento da denúncia;

d) A sentença;

e) Nenhuma das alternativas.

Questão 57 - Salvo disposição em contrário, o ofendido ou seu representante legal, decairá do direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de:

a) 3 meses, contado da data do fato;

b) 3 meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime;

c) 6 meses, contado da data do fato;

d) 6 meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime;

e) Nenhuma das alternativas.

Questão 58 - Em relação às ações penais privadas, é incorreto afirmar que:

a) A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, e o Ministério Público velará pela sua indivisibilidade;

b) A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá;

c) O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, sem que se produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar;

d) O perdão poderá ser aceito por procurador com poderes especiais;

e) Nenhuma das alternativas.

Questão 59 - No que diz respeito à competência em matéria processual penal, é incorreto afirmar que:

a) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento salvo no curso entre a jurisdição comum e a militar;

b) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento salvo no curso entre a jurisdição comum e do juízo de menores;

c) No concurso de jurisdições de diversas categorias a competência sempre firmada pela prevenção;

d) No concurso entre a jurisdição comum e a especial, prevalecerá esta;

e) Nenhuma das alternativas.

Questão 60 - No âmbito processual penal poderão ser opostas as seguintes exceções, salvo:

a) Suspeição;

b) Litispendência;

c) Ilegitimidade de parte;

d) Coisa julgada;

e) Nenhuma das alternativas.